



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO

PLANO DE CONCURSO

I - IDENTIFICAÇÃO

1 - Título: Plano de Concurso Público, julgamento de títulos e provas, para provimento de cargo de docente da carreira do Magistério Superior, para o Instituto de Ciências Jurídicas, Campus Belém da Universidade Federal do Pará.

2 - Classe: PROFESSOR ADJUNTO.

3 - Regime de Trabalho: 20 (Vinte) horas.

4 - Tema do Concurso (eixo temático): Docente para atuar nas atividades curriculares do eixo de Formação Profissional conforme o estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso de Direito, desenvolvidas na Graduação. O Eixo de Formação Profissional é aquele que abrange o enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação do Direito voltados para as mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e de suas relações internacionais, tudo em conformidade com a decisão da Congregação do Instituto de Ciências Jurídicas, na Sessão Extraordinária realizada a 25 de novembro de 2008, consoante ata em anexo.

5 - Número de Vagas: 01 (uma) vaga.

Justificativa: Considerando a necessidade de docente para a atividade curricular de Direito, para prover necessidades de turmas carentes da disciplina. JUSTIFICA-SE a realização do presente certame, considerando a necessidade de preencher a vaga aberta por aposentadoria. As vagas destinadas ao presente concurso eram ocupadas originariamente pelo Professor HUGO DE OLIVEIRA ROCHA, aposentado de acordo com a portaria Nº 2307/2008, que lecionava em regime integral de 40 (quarenta) horas. A Congregação atendendo ao pedido da Faculdade de Direito, devido a necessidade de professor para lecionar nas diversas turmas ofertadas, decidiu desmembrar as referidas quarentas horas em duas vagas de professor 20 (vinte) horas e utilizar uma delas para o presente concurso. Essa vaga deve ser ocupada por Professor Doutor com regime de trabalho de Tempo Parcial. E finalmente, é importante ressaltar a necessidade de docente efetivo para cumprir a exigência estabelecida pelo Novo Regulamento da Graduação e o Projeto Político-Pedagógico. Tudo consoante com a ata da reunião da congregação de 25 de novembro de 2008.

II - INSCRIÇÃO

1 - Perfil do Candidato: Poderão inscrever-se: Graduados em Direito com doutorado nas áreas de Direito.

2 - Local: Secretaria da Coordenadoria Acadêmica do Instituto de Ciências Jurídicas, localizada no Campus Belém da UFPA, Rua Augusto Corrêa, nº 01, Bairro: Guamá, CEP: 66075-110.

3 - Horário: 09:00 às 13:00 horas.

4 – Documentos Necessários no ato da inscrição:

4.1 - *Curriculum* na Plataforma *Lattes*, impresso em 3 (três) vias, acompanhado da documentação comprobatória.

4.2 - Memorial, em 3 (três) vias, elaborado conforme o estabelecido na Resolução 3.738 / 08, para todas as Classes;

- 4.3 - Certificado ou comprovante do título de Doutor;
- 4.4 – Requerimento de inscrição preenchido e assinado;
- 4.5 - Comprovante de recolhimento da taxa de inscrição.

Parágrafo único: Somente serão homologadas as inscrições mediante a apresentação de todos os documentos requisitados, na forma definida no Edital do Concurso, não havendo inscrições condicionais.

5 - Etapas: A inscrição constará de duas etapas, a saber:

- 5.1 - Entrega dos documentos necessários no local de inscrição ou postagem desses documentos, no correio, via SEDEX, até a data limite para inscrição estabelecida no edital do concurso.
- 5.2 - Homologação da inscrição, a qual será realizada pela Congregação após a análise dos documentos apresentados e divulgada pelo CEPS (Centro de Processo Seletivo) da UFFA. **(Art. 21 e o parágrafo único da Resolução n. 3.738 / 08).**

III - COMISSÃO EXAMINADORA

A Comissão Julgadora será composta por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, escolhidos por meio das seguintes listas indicadas pela Congregação, dentre professores lotados nesta unidade:

- a) Lista de 2 (dois) indicados pela Congregação, consoante com a ata da Congregação, em anexo, de 12 de março de 2009:

Prof. Dr. Antônio José de Mattos Neto

Prof. Dr. Girolamo Domenico Treccani

- b) Lista de 4(quatro) membros para escolha de um pelo CONSEPE. Os três nomes não selecionados como titulares pelo CONSEPE constarão na lista de suplência, na ordem definida pelo Conselho.

Prof. Dr. José Heder Benatti

Profª Dra. Daniella dos Santos Dias

Profª Dra. Eliane Cristina Pinto Moreira

Prof. Dr. Armando Zurita Leão

IV - JULGAMENTO DE TÍTULOS, PROVAS E APROVAÇÃO

1 - Provas e Títulos:

- Para a Classe de Professor Adjunto do Ensino Superior constará das seguintes etapas:
 - julgamento de títulos, de caráter classificatório;
 - prova escrita, de caráter eliminatório e classificatório;
 - prova didática, de caráter eliminatório e classificatório.
 - memorial, de caráter classificatório
 - prova prática, de caráter eliminatório e classificatório

2 - Julgamento de Títulos

O diploma do curso de pós-graduação deve ser reconhecido pelo Conselho Federal de Educação, ou quando expedido por Instituições Estrangeiras, deve ter sido submetido a processo de revalidação no Brasil, conforme prevê legislação específica.

O Julgamento de títulos será realizado por meio do exame do *Curriculum Lattes* e quando do seu julgamento e avaliação, a Comissão Examinadora considerará e pontuará, desde que devidamente comprovados, os seguintes grupos de atividades (**Art. 26 da Resolução n. 3.738 / 08**):

- Grupo I - Formação Acadêmica;
- Grupo II – Produção Científica, Artística, Técnica e Cultural;
- Grupo III – Atividades didáticas;
- Grupo IV - Atividades Técnico-Profissionais.

3 – Ponderação dos Títulos

3.1. ATIVIDADES DIDÁTICAS

Peso 2

3.1.1. Docência em nível superior

a) pós-graduação stricto sensu	
- na área sob concurso (por ano).....	200
- nas áreas afins (por ano).....	180
- em outras áreas (por ano).....	160
b) pós-graduação lato sensu (especialização e aperfeiçoamento)	
- na área sob concurso (por curso).....	100
- nas áreas afins (por curso).....	80
- em outras áreas (por curso).....	60
c) graduação	
- na área sob concurso (por ano).....	60
- nas áreas afins (por ano).....	40
- em outras áreas (por ano).....	20

3.1.2. Pesquisa em nível superior

a) pesquisas realizadas com financiamento	
- como coordenador (por relatório de pesquisa).....	100
- como colaborador (por relatório de pesquisa).....	60
b) pesquisas realizadas sem financiamento	
- como coordenador (por relatório de pesquisa).....	60
- como colaborador (por relatório de pesquisa).....	20

3.1.3. Extensão em nível superior

a) projetos realizados com financiamento	
- como coordenador (por relatório de extensão).....	100
- como colaborador (por relatório de extensão).....	60
b) projetos realizados sem financiamento	
- como coordenador (por relatório de extensão).....	60
- como colaborador (por relatório de extensão).....	20

3.1.4. Orientação em nível superior

a) tese de doutorado (por trabalho aprovado).....	40
b) dissertação de mestrado (por trabalho aprovado).....	20
c) monografia de especialização ou aperfeiçoamento (por trabalho aprovado).....	10
c) trabalho de conclusão de curso de graduação (por trabalho aprovado).....	02

3.1.5. Aprovação em concursos para a carreira de magistério

(pontos reduzidos à metade nos casos de concurso de títulos, somente)

a) professor associado (por concurso).....	200
b) professor adjunto (por concurso).....	150
c) professor assistente (por concurso).....	100
d) professor auxiliar (por concurso).....	60

3.1.6. Cargos ou funções de administração ou coordenação

a) direção de instituição universitária (por ano).....	100
b) direção de unidade universitária (por ano).....	60
c) coordenação de curso de pós-graduação stricto sensu (por ano).....	40
d) chefia de departamento (por ano).....	20
e) coordenação de curso de pós-graduação lato sensu (por curso).....	20
f) coordenação de curso de graduação (por ano).....	20
g) participação em órgão colegiados deliberativos (por ano).....	10

3.1.7. Participação em bancas examinadoras

a) concurso para professor titular, livre-docência, tese de doutorado, dissertação de mestrado (por banca).....	10
b) concurso para outros cargos da carreira do magistério (por banca).....	02

3.2. ATIVIDADES CIENTÍFICAS, ARTÍSTICAS E DE CULTURA GERAL

Peso 3

3.2.1. Trabalhos publicados

a) livros (por livro).....	600
b) livros organizados (por livro).....	300
c) capítulos de livros (por capítulo).....	200
d) artigos publicados em periódicos Qualis Internacional e Qualis Nacional A.....	200
e) artigos publicados em periódicos Qualis Nacional B e C.....	100
f) resumos publicados em anais Qualis Internacional e Qualis Nacional.....	100

3.2.2. Trabalhos apresentados em reuniões científicas ou culturais

a) conferências e palestras (por trabalho).....	20
b) comunicações (por trabalho).....	10

3.2.3. Participação em entidades científicas ou culturais

a) cargos ou funções de direção (por ano).....	40
b) membro associado (por ano).....	20

3.3. ATIVIDADES ACADÊMICAS**Peso 4****3.3.1. Título de Livre-Docente**

a) na área sob concurso (por título).....	700
b) nas áreas afins (por título).....	600
c) em outras áreas (por título).....	500

3.3.2. Diploma de Doutor

a) na área sob concurso (por diploma).....	600
b) nas áreas afins (por diploma).....	500
c) em outras áreas (por diploma).....	400

3.3.3. Diploma de Mestre

a) na área sob concurso (por diploma).....	400
b) nas áreas afins (por diploma).....	300
c) em outras áreas (por diploma).....	200

3.3.4. Certificado de curso de especialização ou aperfeiçoamento

a) na área sob concurso (por certificado).....	100
b) nas áreas afins (por certificado).....	60
c) em outras áreas (por certificado).....	20

3.4. ATIVIDADES PROFISSIONAIS**Peso 1****3.4.1. Exercício de funções, empregos, cargos ou atividades profissionais**

a) Na área sob concurso	
- admissão por concurso (por ano).....	200
- admissão sem concurso (por ano).....	100
b) Em áreas afins	
- admissão por concurso (por ano).....	160
- admissão sem concurso (por ano).....	80
c) Em outras áreas	
- admissão por concurso (por ano).....	120
- admissão sem concurso (por ano).....	60

3.4.2. Conselhos profissionais - exercício de cargo de direção (por ano).....40

3.4.3. Atividade profissional dirigida à comunidade (por ano).....40

Tabela para atribuição de conceito e valor numérico correspondente ao grupo de títulos sob julgamento:

a) Atividades Didáticas

Nº de Pontos	Conceito	Valor Numérico
0 a 499	Insuficiente	0 a 4,9
500 a 699	Regular	5,0 a 6,9
700 a 899	Bom	7,0 a 8,9
900 a 1.000	Excelente	9,0 a 10,0

b) Atividades Científicas, Artísticas ou de Cultura Geral

Nº de Pontos	Conceito	Valor Numérico
0 a 499	Insuficiente	0 a 4,9
500 a 699	Regular	5,0 a 6,9
700 a 899	Bom	7,0 a 8,9
900 a 1.000	Excelente	9,0 a 10,0

c) Atividades Acadêmicas

Nº de Pontos	Conceito	Valor Numérico
0 a 499	Insuficiente	0 a 4,9
500 a 699	Regular	5,0 a 6,9
700 a 899	Bom	7,0 a 8,9
900 a 1.000	Excelente	9,0 a 10,0

d) Atividades Profissionais

Nº de Pontos	Conceito	Valor Numérico
0 a 499	Insuficiente	0 a 4,9
500 a 699	Regular	5,0 a 6,9
700 a 899	Bom	7,0 a 8,9
900 a 1.000	Excelente	9,0 a 10,0

4 - Prova Escrita

4.1 - A prova escrita terá a duração máxima de 4(quatro) horas e versará sobre os itens, abaixo, a serem sorteados minutos antes. **(Art. 27 da Resolução n. 3.738 / 08):**

1. Direito Agrário. Conceito. Conteúdo. Fontes. Princípios. Relação do Direito Agrário com as Ciências Jurídicas.
2. Esboço Histórico da Propriedade Territorial Rural no Brasil. Sesmarias. Regime de Posse. Lei de Terra (Lei 601, de 18/09/1850). Registro Paroquial (Lei 601/1850; Decreto 1.318, de 1854). Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 30/11/1964).
3. Reforma Agrária e Política Agrícola. A lei Agrícola Estadual (Lei 5.849, de 24/06/1994).
4. Posse Agrária. Posse Agroecológica. Posse Indígena.
5. Terras Públicas e Terras Devolutas, Terrenos de Marinha, Terras Marginais e Terras na Faixa de Fronteira. Imóveis Rurais. Aquisição de imóveis rurais por estrangeiros. Cadastro rural.
6. Contratos Agrários Nominados e Inominados.
7. Os Institutos do Direito Agrário na Constituição Brasileira de 1988. Legitimação de posse. Regularização de posse. Colonização. Desapropriação por interesse social de imóveis rurais para fins de reforma agrária. Usucapião agrário. Justiça agrária.

8. Direito Ambiental: Características. Autonomia; fontes materiais e formais. Princípios.
9. A Tutela Constitucional do Meio-Ambiente: Competência quanto ao Meio Ambiente. O meio ambiente como princípio basilar da ordem econômica.
10. A Política Nacional de Meio Ambiente. Instrumentos de tutela administrativa ambiental: Licenciamento ambiental; Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – RIMA.
11. Administração Pública e Meio Ambiente: Proteção do patrimônio natural. Zoneamento Ecológico-econômico.
12. Prevenção e reparação do dano ambiental: Responsabilidade civil por danos ao meio.
13. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC): Unidades de conservação da natureza e seu regime jurídico.
14. Bens ambientais: Fauna. Flora. Recursos Hídricos.
15. Meios processuais de defesa ambiental. A jurisdição civil coletiva; ação civil pública ambiental; ação popular ambiental; mandado de segurança coletivo.

4.2 - Referência Bibliográfica:

- 01- ANTUNES, Paulo de Bessa. Curso de direito ambiental. 9.ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.
- 02- BARROSO, Lucas Abreu, Alcir Gursen de Miranda, and Mário Lúcio Quintão Soares. *O direito agrário na constituição*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2005.
- 03- _____, Cristiane Lisita Passos, and Alcir Gursen de Miranda. *Direito agrário contemporâneo*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
- 04- BENATTI, José Heder. Posse agroecológica e manejo florestal. Curitiba: Juruá, 2003.
- 05- BORGES, Paulo Torminn. Institutos Básicos do Direito Agrário. São Paulo, Saraiva, 7ª ed., 1992.
- 06- CANOTILHO, J. J. Gomes, José Rubens Morato Leite, and Alexandra Aragão. *Direito constitucional ambiental brasileiro*. São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2007.
- 07- FALCÃO, Ismael Marinho. Direito Agrário Brasileiro: doutrina, jurisprudência, legislação e prática. Bauru, Edipro, 1995
- 08- FIORILLO, Celso Antonio. Curso de direito ambiental brasileiro. 7.ed. São Paulo: Saraiva 2006.
- 09- LARANJEIRA, Raymundo, Fernando Pereira Soderó, and Agnaldo Jurandyr Silva. *Direito agrário brasileiro: em homenagem à memória de Fernando Pereira Soderó*. São Paulo: Editora LTr, 2000.
- 10- LIMA, Rafael Augusto de Mendonça. Direito Agrário. Rio de Janeiro, Renovar, 1994.
- 11- LIPPEL, Alexandre Gonçalves, Domingos Sávio Dresch da Silveira, and Flávio Sant'Anna Xavier. *O direito agrário em debate*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1998.
- 12- MACHADO, Paulo Afonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 14. ed. São Paulo. Malheiros 2006.
- 13- MARQUES, Benedito Ferreira. Direito Agrário Brasileiro. Goiânia. AB Editora, 1996.
- 14- MATTOS NETO, Antonio José de. A Posse Agrária e suas Implicações Jurídicas no Brasil. Belém, CEJUP, 1988.
- 15- MORAES, Luiz Carlos Silva de. Curso de Direito Ambiental. 2 ed. São Paulo. Atlas, 2006.

16- MILARÉ, Édís. Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário. 4.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

17- MUKAI, Toshio. Direito ambiental sistematizado. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

18- OPITZ, Silvia C.B., and Oswaldo Opitz. *Curso completo de direito agrario*. São Paulo: Saraiva, 2007.

19- REZEK, Gustavo Elias Kallás. Imóvel Rural: agrariedade, ruralidade e rusticidade. Curitiba, Juruá, 2007.

20- SILVA, José Afonso. Direito ambiental constitucional. 4.ed. São Paulo: Malheiro.

4.3 - A prova escrita destina-se à avaliação tanto da capacidade do candidato em expor conhecimentos de maneira clara e organizada, quanto da extensão, atualização e profundidade de seus conhecimentos e terá a duração máxima de 4 (quatro) horas. A prova será realizada imediatamente após o sorteio do item.

A leitura e o julgamento da prova escrita serão realizados dentro de, no máximo, 72 (setenta e duas) horas, após a realização da mesma. A presença do(s) candidato(s) é obrigatória durante o ato da leitura da Prova Escrita, sob pena de eliminação automática.

5 - Prova Didática

A prova didática para a Classe de Adjunto consistirá na apresentação oral pelos candidatos de um item, sorteado com 24 horas de antecedência, da lista contida no Plano de Concurso (**Art. 29 da Resolução n. 3.738 / 08**).

Na impossibilidade de todos os candidatos realizarem a prova no mesmo dia, um novo sorteio será realizado com 24 h de antecedência de cada dia de prova.

Ao iniciar a prova, o candidato fornecerá a cada um dos integrantes da Comissão Examinadora o respectivo plano de aula. A prova didática, realizada necessariamente em sessão pública, terá duração mínima de 50 e máxima de 60 minutos, sendo vedado aos demais candidatos assisti-la.

O candidato poderá utilizar na prova quaisquer recursos didáticos por ele julgados necessários. A Instituição é responsável pelo fornecimento dos recursos didáticos, desde que disponha dos mesmos.

6 - Prova Prática

A Prova prática será realizada em duas etapas:

6.1 – A primeira etapa constará de elaboração de peça processual, em conformidade com os requisitos propostos pela banca examinadora, devendo ser realizada no tempo máximo de 4 (quatro) horas. (**Art. 31 da Resolução n. 3.738 / 08**).

6.2 – A segunda etapa constará de defesa do projeto de extensão – seguida de argüição;

6.2.1 – A defesa do Projeto de Extensão, bem como, a argüição de cada candidato, serão realizadas em sessão pública, vedada a participação de outros candidatos inscritos no mesmo concurso;

6.2.2 – A apresentação do projeto de extensão terá a duração máxima de 30 (trinta) minutos;

6.2.3 – O tempo máximo para argüição será de 20 (vinte) minutos para cada examinador e de 20 (vinte) minutos para resposta a cada examinador;

6.2.4 – Havendo acordo mútuo, a argüição poderá ser feita sob a forma de diálogo, observado o limite máximo de 40 (quarenta) minutos para cada examinador;

6.2.5 – A pontuação do candidato nesta prova será obtida pela média aritmética das duas etapas.

7 - Prova de Memorial

7.1 – Na Prova de Memorial deverão constar os seguintes itens:

- a) - descrição e análise das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo candidato, incluindo sua produção científica;
- b) - descrição de outras atividades, individuais ou em equipe, relacionadas à área de conhecimento em exame;
- c) - plano de atuação profissional na área do Concurso, estabelecendo os pressupostos teóricos dessa atuação, as ações a serem realizadas, os resultados esperados, identificando seus possíveis desdobramentos e conseqüências.

7.2 - Defesa do Memorial: será realizada em sessão pública, vedada a participação dos demais candidatos inscritos no mesmo Concurso.

- a) - A defesa do Memorial constará de apresentação seguida de argüição.
- b) - A apresentação do Memorial pelo candidato terá duração máxima de 30 (trinta) minutos.
- c) - O tempo para a argüição será de 20 (vinte) minutos para cada examinador e de 20 (vinte) minutos para respostas a cada examinador.
- d) - Havendo acordo mútuo, a argüição poderá ser feita sob a forma de diálogo, observado então o limite de uma hora para cada examinador.
- e) - A Comissão Examinadora zelará pela incomunicabilidade dos candidatos durante as diversas etapas.

7.3 – Na prova de Memorial, a Comissão Examinadora deverá avaliar os seguintes aspectos:

I - domínio dos temas e idéias que tenham dado sustentação ao Memorial, atentando, de modo especial, para sua pertinência em relação à área de conhecimento do Concurso;

II - consistência teórica, formativa e prática;

III - extensão e profundidade dos conhecimentos do candidato na área específica do Concurso;

IV - pertinência, adequação e atualidade das referências bibliográficas;

V - dados da carreira do candidato que revelem liderança acadêmica e científica;

VI - participação do candidato em programas de ensino, pesquisa e extensão, bem como em atividades de administração universitária;

VII - participação do candidato em outras atividades, individuais ou em equipe, relacionadas à área de conhecimento em exame.

8 - Aprovação

O candidato que apresentar título compatível com o perfil a que se refere o concurso obterá, pelo menos, a pontuação mínima exigida na prova de títulos.

Os examinadores deverão atribuir uma pontuação para o exame de Títulos e em cada uma das provas, observados os seguintes conceitos, com os respectivos símbolos e escala numérica (**Art. 35 da Resolução n. 3.738 / 08**):

Notas	Conceitos	Símbolo
10,0 a 9,0	EXCELENTE	EXC
8,9 a 7,0	BOM	BOM
6,9 a 5,0	REGULAR	REG
4,9 a 0	INSUFICIENTE	INS

A pontuação do candidato, em cada prova, será a média aritmética dos pontos a ele atribuídos por cada um dos examinadores, considerada 1 (uma) casa decimal, e posteriormente convertido ao seu conceito equivalente. Será considerado aprovado no Concurso o candidato que tenha obtido pontuação igual ou superior a 7 (sete) nas provas de caráter eliminatório, independentemente da(s) pontuação(ões) obtida(s) na(s) outra(s) prova(s).

A nota final (*NF*) de cada candidato será obtida pela média aritmética simples das cinco avaliações (Título – *T*; Escrita – *E*; Didática – *D*; Prática – *P*; Memorial – *M*).

$$NF = \frac{T + E + D + P + M}{5}$$

O resultado de cada etapa eliminatória será disponibilizado via internet e nos quadros de avisos das Unidades. A classificação final dos candidatos será feita com base na média aritmética dos pontos obtidos nas provas e títulos, em ordem decrescente de pontuação.

Em caso de empate, a Comissão Examinadora utilizará o que rege o Art. 36 da Resolução 3.738 / 08.

V - ATIVIDADES A SEREM EXERCIDAS PELO DOCENTE

O candidato aprovado deverá realizar as seguintes atividades na Unidade em que for lotado:

- a) - Desenvolver atividades curriculares nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação;
- b) - Orientar estudantes de: Iniciação Científica (IC), Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e Especialização.

O aprovado e contratado, em sendo Doutor, poderá orientar mestrando.

- c) - participar de Projetos de Ensino e Pesquisa;
- d) - integrar-se a todas as atividades acadêmicas e administrativas da Unidade Acadêmica.

Belém, 07 de maio de 2009.

Prof. Dr. Hermes Afonso Tupinambá Neto
Diretor Adjunto do ICJ